

Termo de Abertura

Em Capueira de Guanhães, estado de Minas Gerais,
no dia 06 de abril de 1994, fica o presente
livro destinado ao Estatuto da "Associação dos Mora-
dores e Amigos de Capueira", inclusive possíveis alterações que
forem realizadas posteriormente, bem como, o regimento
interno da entidade.

Este livro possui 50 folhas numeradas de 01 a 50.



— — — — —
Fábio
Secretário

Estatuto do AMAS



Capítulo I

Da Denominação / Sede / Fins

Hrt 1º - A Associação dos Moradores e Amigos de Bapuearia fundada em 06 de abril de 1997, em Bapuearia de Guanhães, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, que terá duração por tempo indeterminado e que se regerá pelo presente estatuto.

Hrt 2º - A Associação dos Moradores e Amigos de Bapuearia com sede no Município de Guanhães, Estado de Minas Gerais e Fóro em Guanhães tem por finalidades:

I. No Setor de Saúde:

- a. Distribuir remédios
- b. Enviar receitas médicas a parentes
- c. Custear exames médicos não patrocinados pelo INSS (caso de tomografias computadorizadas, etc) aos parentes.

II - No setor da Educação / Cultura:

- d. Cooperar com lares Escolares na assistência à merenda escolar.
- e. Compra de livros e material escolar ao estudante carente.
- f. Doações a bibliotecas públicas, de encyclopédias.

III - No Setor de Esportes

- g. Incentivar o esporte amador de nossa comunidade, com doação de material esportivo, incrementando o incentivo ao esporte e torneios.

IV - No setor Assistência Social





Distribuir material de construção para reparos em moradias de famílias earentes.

Distribuição de alimentos aos earentes, incluindo leite em pó aos recém-nascidos.

j - Distribuição de agasalhos e cobertores aos earentes.

k - Financiar passagens terrestres a pessoas que necessitam sair da localidade para tratamento de saúde.

Arl. 3º - No desenvolvimento de suas atividades, não haverá qualquer discriminação.

Arl. 4º - A Associação dos Moradores e Amigos de Sapucaia poderá ter um Regimento Interno aprovado pela Assembleia Geral, que disciplinará o seu funcionamento.

Arl. 5º - Para cumprir suas finalidades, a instituição poderá se organizar em unidades de prestação de serviços regidas pelo Regimento Interno.

Capítulo II Dos Sócios

Arl. 6º - A "AMAS" é constituída por número ilimitado de sócios, distribuídos em categorias (fundadores, benfeiteiros, honorários, contribuintes e outros).

Arl. 7º - Os sócios em dia com suas obrigações terão os direitos:

- I - Votar e ser votados para os cargos eletivos
- II - tomar parte nas Assembleias Gerais



Art. 8º Os sócios terão os deveres

- I. Cumprir as disposições do Estatuto e Regimento Interno;
- II. Executar determinações da Diretoria.

Art. 9º Os sócios não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações da instituição.

Capítulo III

Da Administração

Art. 10º A Associação dos Moradores e Amigos de Capueiro será administrada por:

- I. Assembléia Geral;
- II. Diretoria;
- III. Conselho Fiscal.

Art. 11º A Assembléia Geral é o órgão soberano da instituição sendo constituído de todos os sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 12º Compete à Assembléia geral:

- I. Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- II. Declarar sobre as reformas do Estatuto;
- III. Declarar sobre a extinção da Entidade e destino do Patrimônio;
- IV. Declarar sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permitir qualquer bem do patrimônio.

Art. 13º A Assembleia Geral, se reunirá ordinariamente uma vez por ano para:

- I. Apresentar o relatório anual da Diretoria;
- II. Discutir e homologar contas e balanços aprovados pelo Conselho Fiscal.





Art. 14º A Assembleia Geral deverá se reunir extrahodiariamente quando convocada.

- I - pela Diretoria
- II - pelo Conselho Fiscal
- III - por solicitação de 50% (cinquenta por cento) de sócios quites com as obrigações sociais.

Art. 15º A convocação da Assembleia Geral se fará por edital afixado em local público (na sede da instituição na igreja, na Prefeitura) através de avisos, ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único: As Assembleias funcionarão com a maioria dos sócios em primeira convocação ou com qualquer número em segunda convocação, caso não tenha atingido o número necessário na primeira.

Art. 16º A instituição será dirigida por uma diretoria composta de Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros.

Parágrafo Único: O mandato da diretoria será de quatro anos, sendo vedada mais de uma reeleição consecutiva.

Art. 17º Compete à Diretoria:

- I - Elaborar e executar o programa anual de atividades;
- II - Elaborar e apresentar, à Assembleia Geral, o relatório anual;
- III - Entrosar-se em instituições públicas e privadas



para mútua colaboração em atividades resse comum.

IV. Contratar e demitir funcionários.

Art. 18º. A Diretoria reunir-se-á no mínimo uma vez por mês.

Art. 19º. Compete ao Presidente:

I - Representar a judicial e extrajudicialmente;

II - Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;

III. Presidir a Assembleia Geral

IV. Assinar com o Tesoureiro, cheques e quaisquer outros títulos que representem responsabilidades e obligações pecuniárias.

Art. 20º. Compete ao Vice-Presidente

I - substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos.

II - Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término.

III. Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Presidente.

Art. 21º. Compete ao 1º Secretário:

I - Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembleia Geral redigindo as atas.

II - Publicar as notícias das atividades da entidade.

III - Colaborar com o presidente em aspectos gerais.

Art. 22º. Compete ao 2º Secretário:

I - substituir o 1º secretário em suas faltas ou impedimentos.



ATENÇÃO
1º TITULO
O DOCUMENTO
ESTÁ MUITO
NUNCA

II. Assumir o mandato, em caso de vacância,
até o seu término.

III. Prestar, de modo geral, a sua colaboração de
2º secretário;

IV. Colaborar com o 1º secretário em aspectos Gerais.

Art. 23º - Compete ao 1º Tesoureiro

I. Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração;

II. Pagar as contas autorizadas pelo presidente;

III. Apresentar relatórios de receitas e despesas sempre que forem necessários e solicitados.

IV. Apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembleia Geral;

V. Apresentar semestralmente o balanço ao Conselho Fiscal;

VI. Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;

VII. Manter todo o numerário em estabele cimento de crédito;

VIII. Assinar, com o presidente, cheques e quaisquer outros títulos e obrigações que representem responsabilidade pecuniária;

Art. 24º - Compete ao 2º Tesoureiro

I. Substituir o 1º Tesoureiro em caso faltoso ou impedimento;

II. Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término.

III. Prestar, de modo geral, a sua colaboração de 2º Tesoureiro;



4

Hart 25º - O Conselho Fiscal será constituído por 05 (cinco) membros, e seus respectivos suplentes, em Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - O mandato do Conselho Fiscal deverá coincidir com o mandato da Diretoria.

Parágrafo 2º - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente até o seu término.

Hart 26º - Compete ao Conselho Fiscal

I - Examinar os livros de escrituração da Entidade

II - Examinar o balanço semestral apresentado pelo Tesoureiro, opinando a respeito.

III - Apresentar, digo apreciar os balanços e inventários que acompanham o relatório anual da Diretoria;

IV - Opinar sobre a aquisição e alienação de bens.

Parágrafo Único - O Conselho reunirá ordinariamente a cada 01 mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Hart. 29º - As atividades dos diretores e conselheiros e instituições, bem como as dos sócios, serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.

Capítulo IV Do Patrimônio

Hart. 28º - O Patrimônio da Associação dos Moradores e Amigos de Sapucaia, "AMAS" será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e aplicações de dívidas públicas





Art. 29º No caso de dissolução da instituição, os bens remanescentes serão destinados a outra instituição congênere juridicamente constituída, que esteja registrada no Conselho Nacional de Assistência Social.

Capítulo V

Das Disposições Gerais

Art. 30º Embora de prazo indeterminado a AMNS poderá ser dissolvida por deliberação da Assembleia Extraordinária, especialmente convocada para esse fim quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Art. 31º O presente estatuto só poderá ser reformado, por decisão da maioria absoluta dos associados, em Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

Art. 32º Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembleia Geral.

Art. 33º As alterações estatutárias entrarão em vigor a partir da data do registro em cartório, das mesmas.

Santos de Guanhães, 06 de abril de 1997
Ana Maria Gonçalves de Freitas

Presidente Soc.

Fidelis

Maria Aparecida Pinto Chaves

Ilírcia Cristina de Senna Santos

Yosié Aguiar de Barros

D. B. G. I. L. A.

Airtón Ferreira de Souza

Eloiza Marilac de Souza Chaves

Luciano Pires do Souza

Luciana Pires do Souza



Apresentado hoje a folhas 041

Registrado a folhas 0661º

do Protocolo, sob o n. 3.217

do livro próprio, n. H-01 sob o n. 159

Guanhães, 29 do 08 de 1992

Guanhães, 29 do 08 de 1992

Sub Oficial do registro especial,

Sub Oficial do registro especial,

21252499/0001-02

Guanhães - Cartório P. e S.º
de Títulos e Documentos - S.º. F. rumo
Av. Milton Campos, 2619
centro - cep 30740
GUANHÃES - MG

